

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. Prestação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações financeiras da CAIXA DTVM - Caixa Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ("CAIXA Asset" ou "CONTRATANTE") de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de outros serviços correlatos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com emissão de pareceres e/ou relatórios, devendo ser considerado o perfil, a complexidade, as normas legais específicas aplicáveis e atividades da COMPANHIA.

2. CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO

2.1. CAIXA ASSET

- 2.1.1. A CAIXA Asset é sociedade por ações, subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei nº 6.404/1976. Tem por objeto social:
- I. subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
 - II. intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
 - III. comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
 - IV. encarregar-se da administração de carteiras, da gestão de recursos e da custódia de títulos e valores mobiliários;
 - V. incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
 - VI. exercer funções de agente fiduciário;
 - VII. instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
 - VIII. constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
 - IX. praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;
 - X. praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
 - XI. realizar operações compromissadas;
 - XII. praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central;
 - XIII. operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;
 - XIV. prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais;
 - XV. exercer outras atividades para as quais obtiver autorização expressa do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários.

2.2. PREMISSA

- 2.2.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de auditoria das demonstrações financeiras da CAIXA ASSET, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
- 2.2.2. A CONTRATADA deverá garantir o asseguramento do atendimento à legislação contábil em vigor, às melhores práticas contábeis com precisão e tempestividade e a correta interpretação dos fatos operacionais da CONTRATANTE aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

- 3.1.1. A especificação pormenorizada do objeto, os requisitos técnicos e as condições de prestação do serviço de auditoria, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas nos itens subsequentes.
- 3.1.2. Os serviços devem ser executados abrangendo todas as atividades que se fizerem necessárias para a realização do objeto, em observância às disposições legais e às normas dos órgãos reguladores.
- 3.1.3. A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, ficando a critério exclusivo da CONTRATANTE autorizar ou não.
- 3.1.4. Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 3.1.5. A CONTRATADA se responsabiliza pelos serviços prestados pela empresa subcontratada como se tivessem sido prestados diretamente pela CONTRATADA.

3.2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 3.2.1. O contrato terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE e com a concordância da CONTRATADA, até o limite permitido na Lei 13.303/2016 e resolução BCB nº 130/2021 e Resolução CVM nº 23/2021 e alterações subsequentes.

3.3. ENTREGÁVEIS DO OBJETO

- 3.3.1. A execução dos serviços e o detalhamento dos entregáveis seguirá a seguinte tabela:

REF.	SERVIÇO	PERIODICIDADE	DATA BASE	PRAZO DE ENTREGA	FORMA DE ENTREGA
1	Relatório e Parecer sobre a revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias da CONTRATANTE contendo o conjunto de relatórios	SEMESTRAL	31/03/2026 30/09/2026 31/03/2027 30/09/2027	Conforme cronograma acordado.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.

	(Demonstrações Financeiras, e respectivas Notas Explicativas), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidada) aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.				
2	Relatório e Parecer sobre o exame das Demonstrações Financeiras Semestrais e Anuais da CONTRATANTE, contendo o conjunto de relatórios (Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidada) aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.	SEMESTRAL	30/06/2026 31/12/2026 30/06/2027 31/12/2027	Conforme cronograma acordado.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.
3	Revisão da tradução para o inglês das Demonstrações Financeiras Intermediárias (individual e consolidada), contendo o conjunto de relatórios: Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, Relatório de Administração, e tradução do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.	SOB DEMANDA	31/03/2026 30/09/2026 31/03/2027 30/09/2027	7 (sete) dias úteis contados da data da solicitação da CONTRATANTE.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.
4	Revisão da tradução para o inglês das Demonstrações Financeiras Semestrais e Anuais (individual e consolidada) contendo o conjunto de relatórios: Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, Relatório de Administração, Relatório Financeiro de	SOB DEMANDA	30/06/2026 31/12/2026 30/06/2027 31/12/2027	7 (sete) dias úteis contados da data da solicitação da CONTRATANTE.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.

	Sustentabilidade (se houver); Parecer do Conselho de Administração; Parecer do Conselho Fiscal; Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e tradução do Relatório dos Auditores Independentes.				
5	Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI), conforme Resolução BCB nº. 130, de 20 de agosto de 2021 e alterações subsequentes.	SEMESTRAL	30/06/2026 31/12/2026 30/06/2027 31/12/2027	30 (trinta) dias corridos contados da data da publicação das demonstrações financeiras da CONTRATANTE.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.
6	Relatório de avaliação das estruturas, dos processos de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional, liquidez, social, ambiental e climático e gestão de capital, conforme disposições da Resolução CMN nº. 4.019/2011 e da Resolução CMN nº. 4.557/2017 e alterações subsequentes, contendo recomendações de melhorias do auditor independente.	ANUAL	31/12/2026 31/12/2027	20 (vinte) dias úteis contados a partir da disponibilização dos dados pela CAIXA ASSET.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.
7	Relatório periódico do exame e revisão das obrigações estabelecidas no âmbito do SPED, Escrituração Contábil Digital (ECD).	ANUAL	31/12/2026 31/12/2027	10 (dez) dias úteis contados da data da disponibilização dos dados pela CONTRATANTE.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.
8	Relatório e Parecer sobre o exame do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.	SOB DEMANDA	31/12/2026 31/12/2027	Conforme cronograma acordado.	PDF, com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL.

3.3.2. DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.3.2.1. **Ref.1:** Relatório e Parecer sobre a revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias da CONTRATANTE (individual e consolidada) contendo o conjunto de relatórios (Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.
- 3.3.2.1.1. A CONTRATADA solicitará e realizará as verificações dos balancetes e/ou informações e documentos da CONTRATANTE, mensalmente, antecipando questionamentos e/ou situações que requeiram alinhamentos ou ajustes antes do final da data base do trabalho cuja análise mensal seja pertinente.
- 3.3.2.1.1.1. À medida em que a CONTRATANTE identificar eventuais pontos de atenção, apontamentos ou necessidade de ajustes em seu trabalho deverá informar imediatamente à CONTRATADA para que esta possa analisar, prestar os esclarecimentos necessários ou fornecer evidências adicionais que justifiquem, caso existam.
- 3.3.2.1.1.2. Ao final da data base a CONTRATADA solicitará e realizará as verificações do balancete, informações e documentos da CONTRATANTE do último mês de forma a completar sua análise do período de referência.
- 3.3.2.1.1.3. A CONTRATADA também solicitará e realizará ao final da data base verificações de informações e documentos de períodos anteriores que não tenham sido previstos antecipadamente evitando o acúmulo de verificações e eventuais ajustes ao final da data base.
- 3.3.2.1.2. Após sua elaboração a CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA o caderno das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, Relatório de Administração para retorno da avaliação da CONTRATADA no prazo de até (três) 3 dias úteis.
- 3.3.2.1.2.1. A avaliação da CONTRATADA deverá permitir à CONTRATANTE identificar de forma clara e específica eventuais ajustes ou questionamentos indicando, no mínimo:
- a) o documento e item à que se referem;
 - b) se o ajuste é mandatório e, caso positivo, a base legal.
- 3.3.2.1.2.2. Após a avaliação, a CONTRATADA deve manter um gerente disponível para alinhamentos no formato presencial, no ambiente da CONTRATANTE, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, exceto caso dispensado por esta, para dirimir quaisquer dúvidas sobre os eventuais ajustes ou questionamentos levantados, avaliando de forma imediata novas versões dos documentos, caso necessário, até a conclusão da revisão da versão que será submetida à governança da CONTRATANTE.
- 3.3.2.1.2.2.1 O gerente mantido pela CONTRATADA no ambiente da CONTRATANTE deve ter conhecimento e autonomia necessários para garantir a fluidez do processo e o encerramento da versão revisada em até 2 (dois) dias úteis após a avaliação enviada pela CONTRATADA.
- 3.3.2.1.2.2.2 A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE e manter constantemente atualizados os dados de contato do gerente que atenderá a CONTRATANTE indicando outro gerente quando aquele estiver ausente.

- 3.3.2.1.2.3. A CONTRATADA informará por *e-mail* que a versão está revisada e não há comentários adicionais até o momento sobre a mesma ou quais comentários não foram atendidos considerando as discussões já realizadas.
- 3.3.2.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar o trabalho de revisão das demonstrações financeiras aos conselhos e comitês da CONTRATANTE em datas e horários estabelecidos pela CONTRATANTE, preferencialmente de forma remota, a depender da necessidade da CONTRATANTE.
- 3.3.2.1.4. Durante a submissão dos documentos à governança da CONTRATANTE podem ser necessários ajustes que serão submetidos à CONTRATADA com descrição detalhada das mudanças para análise em até 1 (um) dia útil.
- 3.3.2.1.4.1. Caso os ajustes envolvam informações quantitativas ou volume superior à 5% (cinco por cento) dos documentos, o prazo será acordado em linha com a sua complexidade.
- 3.3.2.1.4.2. A análise das mudanças deve seguir as mesmas características descritas no item 3.3.2.1.2.1. e a CONTRATADA informará por e-mail que a versão está revisada e não há comentários adicionais até o momento sobre ela ou quais comentários não foram atendidos considerando as discussões já realizadas.
- 3.3.2.1.5. O relatório e parecer conclusivo de auditoria emitidos pela CONTRATADA expressando a opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidado) deve obedecer às normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais entidades legalmente habilitadas.
- 3.3.2.1.5.1 Estes documentos deverão ser entregues à CONTRATANTE preferencialmente até a data da reunião do Conselho de Administração da CONTRATANTE que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras.
- 3.3.2.1.6 A versão final das Demonstrações Financeiras a ser publicada, após aprovada, deverá ser gerada pela CONTRATADA, utilizando preferencialmente a identidade visual da CONTRATANTE, em formato PDF/A com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL e versão editável de texto.
- 3.3.2.1.7. O cronograma para a execução dos trabalhos de auditoria do período deverá estar alinhado às necessidades da CONTRATANTE, considerando os prazos legais para publicação das Demonstrações Financeiras e envio ao BACEN, podendo a qualquer momento sofrer alterações de datas e horários, conforme necessidade da CONTRATANTE, especialmente em relação às agendas programadas com os comitês de governança para apreciação e deliberação das Demonstrações Financeiras.
- 3.3.2.2. **Ref.2:** Relatório e Parecer sobre o exame das Demonstrações Financeiras Semestrais e Anuais da CONTRATANTE (individual e consolidada) contendo o conjunto de relatórios (Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

- 3.3.2.2.1. A CONTRATADA solicitará e realizará as verificações dos balancetes e/ou informações e documentos da CONTRATANTE, mensalmente, antecipando questionamentos e/ou situações que requeiram alinhamentos ou ajustes antes do final da data base do trabalho cuja análise mensal seja pertinente.
- 3.3.2.2.1.1. À medida em que a CONTRATANTE identificar eventuais pontos de atenção, apontamentos ou necessidade de ajustes em seu trabalho deverá informar imediatamente à CONTRATADA para que esta possa analisar, prestar os esclarecimentos necessários ou fornecer evidências adicionais que justifiquem, caso existam.
- 3.3.2.2.1.2. Ao final da data base a CONTRATADA solicitará e realizará as verificações do balancete, informações e documentos da CONTRATANTE do último mês de forma a completar sua análise do período de referência.
- 3.3.2.2.1.3. A CONTRATADA também solicitará e realizará ao final da data base verificações de informações e documentos de períodos anteriores que não tenham sido previstos antecipadamente evitando o acúmulo de verificações e eventuais ajustes ao final da data base.
- 3.3.2.2.2. Ao final da data base a CONTRATANTE disponibilizará à CONTRATADA o caderno das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, Relatório de Administração para retorno da avaliação da CONTRATADA no prazo de até (três) 3 dias úteis.
- 3.3.2.2.2.1. A avaliação da CONTRATADA deverá permitir à CONTRATANTE identificar de forma clara e específica eventuais ajustes ou questionamentos indicando, no mínimo:
 - a) o documento e item à que se referem;
 - b) se o ajuste é mandatório e, caso positivo, a base legal.
- 3.3.2.2.2.2. Após a avaliação, a CONTRATADA deve manter um gerente disponível para alinhamentos no formato presencial, no ambiente da CONTRATANTE, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, exceto caso dispensado por esta, para dirimir quaisquer dúvidas sobre os eventuais ajustes ou questionamentos levantados, avaliando de forma imediata novas versões dos documentos, caso necessário, até a conclusão da revisão da versão que será submetida à governança da CONTRATANTE.
- 3.3.2.2.2.2.1 O gerente mantido pela CONTRATADA no ambiente da CONTRATANTE deve ter conhecimento e autonomia necessários para garantir a fluidez do processo e o encerramento da versão revisada em até 2 (dois) dias úteis após a avaliação enviada pela CONTRATADA.
- 3.3.2.2.2.2.2 A CONTRATADA deverá enviar à CONTRATANTE e manter constantemente atualizados os dados de contato do gerente que atenderá a CONTRATANTE indicando outro gerente quando aquele estiver ausente.
- 3.3.2.2.2.3 A CONTRATADA informará por *e-mail* que a versão está revisada e não há comentários adicionais até o momento sobre a mesma ou quais comentários não foram atendidos considerando as discussões já realizadas.
- 3.3.2.2.3. A CONTRATADA deverá apresentar o trabalho de revisão das demonstrações financeiras aos conselhos e comitês da CONTRATANTE em datas e horários estabelecidos pela CONTRATANTE, preferencialmente de forma remota, a depender da necessidade da CONTRATANTE.

- 3.3.2.2.4. Durante a submissão dos documentos à governança da CONTRATANTE podem ser necessários ajustes que serão submetidos à CONTRATADA com descrição detalhada das mudanças para análise em até 1 (um) dia útil.
- 3.3.2.2.4.1 Caso os ajustes envolvam informações quantitativas ou volume superior à 5% (cinco por cento) dos documentos, o prazo será acordado em linha com a sua complexidade.
- 3.3.2.2.4.2. A análise das mudanças deve seguir as mesmas características descritas no item 3.3.2.2.2.1. e a CONTRATADA informará por e-mail que a versão está revisada e não há comentários adicionais até o momento sobre ela ou quais comentários não foram atendidos considerando as discussões já realizadas.
- 3.3.2.2.5. O relatório e parecer conclusivo de auditoria emitidos pela CONTRATADA expressando a opinião sobre a adequação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidado) deve obedecer às normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais entidades legalmente habilitadas.
- 3.3.2.2.5.1. Estes documentos deverão ser entregues à CONTRATANTE preferencialmente até a data da reunião do Conselho de Administração da CONTRATANTE que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras.
- 3.3.2.2.6 A versão final das Demonstrações Financeiras a ser publicada, após aprovada, deverá ser gerada pela CONTRATADA, utilizando preferencialmente a identidade visual da CONTRATANTE, em formato PDF/A com assinatura eletrônica padrão ICP BRASIL e versão editável de texto.
- 3.3.2.2.7. O cronograma para a execução dos trabalhos de auditoria do período deverá estar alinhado às necessidades da CONTRATANTE, considerando os prazos legais para publicação das Demonstrações Financeiras e envio ao BACEN, podendo a qualquer momento sofrer alterações de datas e horários, conforme necessidade da CONTRATANTE, especialmente em relação às agendas programadas com os comitês de governança para apreciação e deliberação das Demonstrações Financeiras.
- 3.3.2.3. **Ref.3:** Revisão da tradução para o idioma inglês das Demonstrações Financeiras Intermediárias (individual e consolidada), contendo o conjunto de relatórios: Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, Relatório de Administração e tradução do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nos termos da **Ref.1**.
- 3.3.2.4. **Ref.4:** Revisão da tradução para o idioma inglês das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais (individual e consolidada), contendo o conjunto de relatórios: Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, Relatório de Administração, Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (se houver), Parecer do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Resumo do Relatório do Parecer de Auditoria e tradução do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil nos termos da **Ref.2** e da **Ref.8**, quando aplicável.
- 3.3.2.5. **Ref.5:** Relatório Circunstanciado sobre o Sistema de Controles Internos (RCCI), conforme Resolução BCB nº. 130/2021 e alterações subsequentes.

- 3.3.2.5.1. Emitir relatórios circunstanciados conclusivos quanto à fidedignidade das demonstrações financeiras, notas explicativas e quadros analíticos elaborados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.
- 3.3.2.5.1.1. Eventuais apontamentos ou pontos de atenção identificados pela CONTRATADA devem ser informados à CONTRATANTE em até 20 (vinte) dias corridos após a publicação das Demonstrações Financeiras oportunizando à CONTRATANTE prestar eventuais esclarecimentos, fornecer evidências adicionais, caso existam, ou comentar os apontamentos ou pontos de atenção.
- 3.3.2.5.1.2 A CONTRATADA deverá apresentar o trabalho de elaboração dos relatórios RCCI emitidos aos conselhos e comitês da CONTRATANTE em datas e horários estabelecidos pela CONTRATANTE, preferencialmente de forma remota, a depender da necessidade da CONTRATANTE.
- 3.3.2.5.1.2.1 O cronograma para a execução dos trabalhos para elaboração do RCCI deverá estar alinhado às necessidades da CONTRATANTE, considerando os prazos legais para emissão do RCCI, podendo a qualquer momento sofrer alterações de datas e horários, conforme necessidade da CONTRATANTE, especialmente em relação às agendas programadas com os comitês de governança para apreciação do RCCI.
- 3.3.2.6. **Ref.6:** Relatório de avaliação das estruturas, dos processos de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional e liquidez, social, ambiental, climático e gestão de capital, conforme disposições da Resolução CMN nº. 4.019/2011 e da Resolução CMN nº. 4.557/2017 e alterações subsequentes, contendo recomendações de melhorias do auditor independente.
- 3.3.2.6.1. Os trabalhos de auditoria devem abranger a avaliação das estruturas, dos processos de gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, operacional e liquidez, social, ambiental, climático e gestão de capital da CONTRATANTE, observando os critérios de avaliação da qualidade e adequação das práticas, processos, procedimentos, modelos e sistemas de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, comunicação e mitigação do risco operacional apontando eventuais deficiências, inclusive dos sistemas de processamento eletrônico de dados, e descumprimentos de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras ou nas operações da CONTRATANTE, conforme disposto na Resolução CMN nº. 4.019/2011 e da Resolução CMN nº. 4.557/2017 e demais regulamentações correlatas e sucedâneas.
- 3.3.2.6.2. O cronograma para a execução dos trabalhos para elaboração deste relatório deverá estar alinhado às necessidades da CONTRATANTE.
- 3.3.2.7. **Ref.7:** Relatório periódico do exame e revisão das obrigações estabelecidas no âmbito do SPED - Escrituração Contábil Digital (ECD).
- 3.3.2.7.1. Elaboração de relatório detalhado, com periodicidade anual, emitindo posicionamento quanto à regularidade dos arquivos e conteúdos informados no SPED - Escrituração Contábil Digital (ECD), contemplando:
- a) A classificação das informações prestadas nos arquivos conforme tabelas externas, incluindo plano de contas referencial da RFB, do SPED;

- b) A conformidade das informações prestadas em relação aos saldos e demais informações constantes nas demonstrações financeiras, balancetes, relatórios operacionais de controle e aos demais documentos que suportam todas as informações prestadas nas obrigações entregues.
- 3.3.2.7.2. Elaborar Relatório de Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados em relação ao Termo de Verificação em caso de substituição de Escrituração Contábil Digital (ECD).
- 3.3.2.8. **Ref.8:** Relatório e Parecer sobre o exame do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.
- 3.3.2.8.1. Quando demandado, o relatório e o parecer conclusivo de auditoria emitidos pela CONTRATADA expressando a opinião sobre a adequação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade deve obedecer às normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais entidades legalmente habilitadas.
- 3.3.2.8.1.1 O processo de emissão do relatório e parecer deve ser realizado dentro dos prazos e formato descritos nos termos da **Ref. 2** e das normas/legislação aplicáveis, uma vez que o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade comporá as Demonstrações Financeiras.
- 3.3.2.8.2. Alternativamente, se demandado, o relatório de auditoria emitido pela CONTRATADA expressando a opinião sobre a adequação das informações geradas pela CONTRATANTE para composição do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade de sua controladora deve obedecer às normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e demais entidades legalmente habilitadas.

3.4. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO

3.4.1. São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato:

- I. Manter permanentemente ao menos 1 (um) gerente para atuar como responsável pela execução dos trabalhos, disponível em tempo integral para alinhamentos no formato remoto ou presencial, nos locais de trabalho disponibilizados pela CONTRATANTE, conforme necessidade da CONTRATANTE
 - a) É função do gerente: coordenar e orientar a equipe alocada, inclusive na elaboração das requisições, participar das reuniões com os gestores responsáveis e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das convocações, solicitações e reclamações da CONTRATANTE;
- II. responder pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que porventura venham a ocorrer nos documentos e arquivos magnéticos durante o período em que estes estiverem sob sua guarda;
- III. fornecer, mensalmente, quando da entrega da fatura, relação com os nomes dos profissionais alocados nas atividades de auditoria e os serviços executados;
- IV. atender prontamente a todas as convocações da CONTRATANTE para prestar informações sobre os relatórios/pareceres emitidos e demais assuntos correlatos ao objeto deste contrato;
- V. disponibilizar acesso ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU), a qualquer tempo, aos papéis de trabalho e a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios, pareceres e Cartas-Conforto, mediante solicitação formal, no âmbito das atribuições de cada requerente, observados os limites previstos em legislação vigente;
- VI. autorizar o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, inclusive por meio de fornecimento de cópias impressas ou digitais, à documentação de auditoria, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios no âmbito das atribuições da referida autarquia, observados os limites previstos na legislação vigente, conforme disposto na Resolução BCB nº. 130/2021;
- VII. certificar, nos casos em que não há conflitos com determinações dos órgãos de controle e fiscalização, as ações implementadas pelas áreas gestoras na CONTRATANTE com vistas à regularização dos apontamentos consignados nos relatórios de auditoria independente, inclusive os apontamentos remanescentes de auditorias anteriores a esta contratação;
- VIII. fornecer, resguardando os aspectos do sigilo, quando previamente autorizada por escrito pela CONTRATANTE, as informações necessárias ao trabalho dos auditores independentes que a suceder, as quais

serviram de base para a emissão dos relatórios, das demonstrações financeiras e dos pareceres de auditoria dos exercícios anteriores.

- IX. executar perfeitamente os serviços contratados, dentro dos prazos ajustados, cumprindo os cronogramas estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- X. fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, fiscalização essa que se dará independentemente da que será exercida pela CONTRATANTE, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- XI. prover todos os meios necessários a garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XII. dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato, legislação e regulamento;
- XIII. A CONTRATANTE será a proprietária de todos e quaisquer produtos ou documentações que vierem a ser gerados pela CONTRATADA, em função da execução dos serviços contratados. A CONTRATADA não poderá utilizar-se do trabalho realizado com outros clientes;
- XIV. Todas as intervenções, reuniões e visitas que a CONTRATADA realizar no ambiente da CONTRATANTE deverão ser previamente agendadas e todos os custos referentes à logística, deslocamento e hospedagem correrão por conta da CONTRATADA.

3.4.2. Em relação à Auditoria Interna da CONTRATANTE e externa do Conglomerado ao qual a CONTRATANTE faz parte, obrigará-se ainda a:

- I. Permitir o acesso aos programas de auditoria e papéis de trabalho;
- II. Discutir previamente o escopo de cada trabalho, com vistas a evitar repetição de esforços;
- III. Promover e participar de reuniões periódicas em que seja convocada, para discutir assuntos de interesse mútuo;
- IV. Promover e participar de reuniões em que seja convocada para discussão de pontos de vista sobre relatórios emitidos, técnicas e métodos de trabalho.

3.5. OBRIGAÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

- 3.5.1. Na execução do serviço deve ser considerado todo o arcabouço legal e normativo vigente, bem como interpretações, decisões administrativas e jurisprudências relacionadas da Receita Federal, TCU, CGU, entre outros.
- 3.5.2. A CONTRATADA deverá observar o Estatuto Social da CONTRATANTE, disponível em <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-asset/Estatuto-Social.pdf> e a legislação e normas legais que regem a prestação dos serviços elencados neste Termo de Referência, com especial atenção, mas não se limitando, à Lei 13.303/2016 e alterações posteriores, ao Decreto 8.945/2016 e à Lei 6.404/1976 e alterações posteriores.
- 3.5.3. A CONTRATADA deverá também seguir os dispostos no Código de Ética e Código de Conduta da CONTRATANTE, disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-asset/Codigo-de-Etica-e-de-Conduta.pdf>.
- 3.5.4. A CONTRATADA deverá seguir o disposto no CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA, disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-documentacao-basica-21/Codigo_de_Conduta_Fonecedores_CAIXA.pdf.

3.6. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.6.1. O local da prestação de serviços deverá ser a localidade da sede da CONTRATANTE, em São Paulo/SP, ou de forma remota, a critério da CONTRATANTE.

3.7. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

- 3.7.1. Previamente à contratação, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Licitador, a documentação comprovando o atendimento às exigências mínimas quanto à equipe técnica.
- 3.7.2. A equipe técnica deverá ser composta por:
- a) Sócios, diretores, gerentes, supervisores e quaisquer outros integrantes com função de gerência, habilitados conforme dispõe a Resolução BCB nº. 130/2021 e Resolução CVM nº. 23/2021, cuja habilitação será comprovada por meio certidão/declaração emitida conforme normas supracitadas;
 - b) Demais profissionais que serão alocados na prestação dos serviços, com formação acadêmica ou especialização, nas áreas de Administração de Empresas, Contabilidade, Finanças, Economia, Direito, Tecnologia da Informação, Estatística e Ciências Atuariais ou quaisquer outras que o serviço a ser executado exigir. Mediante apresentação de diploma e/ou declaração/certificado de conclusão de curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).
- 3.7.3. Para os profissionais alocados em atividades contábeis, deverá ser apresentada a comprovação de registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade.
- 3.7.4. Os sócios, diretores, gerentes, supervisores e quaisquer outros integrantes com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria

deverão comprovar aprovação no exame de qualificação técnica, conforme Resolução CVM 23/2021.

- 3.7.5. Para o profissional alocado para atuar como responsável técnico (gerente) pela execução dos trabalhos de auditoria da CONTRATANTE, observadas as exigências de qualificação, caberá exercer, no mínimo, as seguintes funções:
- a) Gerenciar todas as fases dos trabalhos e coordenar as atividades a ele relacionadas;
 - b) Coordenar os demais técnicos;
 - c) Zelar pelo cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro estabelecido no projeto;
 - d) Ser o interlocutor prontamente disponível entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA; e
 - e) Resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações/solicitações da CONTRATANTE.
- 3.7.6. A CONTRATADA deve comunicar previamente à CONTRATANTE a necessidade de substituição de qualquer profissional da equipe técnica, que deve ser por outro profissional com qualificação técnica equivalente e com experiência igual ou superior à exigida no edital da licitação.
- 3.7.7. Qualquer modificação na constituição da equipe técnica, durante a execução dos serviços, não acarretará despesa para o CONTRATANTE, nem justificará atraso no Cronograma Físico-Financeiro.
- 3.7.8. É obrigação do sócio representante da CONTRATADA assinar todos os relatórios e pareceres emitidos, decorrentes dos serviços contratados.

4. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

4.1. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 4.1.1. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 4.1.2. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CONTRATANTE e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 4.1.3. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 4.1.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

- 4.1.5. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 4.1.6. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CONTRATANTE colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 4.1.7. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CONTRATANTE e seu mercado de atuação.
- 4.1.8. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.
- 4.1.9. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CONTRATANTE e seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.
- 4.1.10. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CONTRATANTE ou sob sua responsabilidade.
- 4.1.11. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CONTRATANTE assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço (ANEXO I).
- 4.1.12. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
- 4.1.13. A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% (oitenta por cento) do conteúdo do quadro:

Domínio Temático	Conteúdo
Política de Segurança da Informação	- Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA .
Tratamento da Informação	- Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; - Adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”; - Descarte seguro de informação.

Reporte de Incidentes	- Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA.
<i>Privacy by Design e Secure by Design</i>	- Metodologia e princípios.
Fundamentos para Segurança Digital	- Conceitos básicos de segurança digital; - Uso da Internet.
Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais	- Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais; - Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; - Mantendo o dispositivo; - Vulnerabilidades e ameaças.
Segurança em Redes	- Segurança na Internet; - Segurança em redes wi-fi públicas; - Proteção de redes pessoais; - Computação em nuvem.
Segurança do Usuário	- Autenticação no acesso a sistema e a serviços; - Proteção de contas pessoais; - Mídias sociais; - Segurança com e-mails; - Armazenamento e compartilhamento de dados; - Qualidade de vida digital; - Segurança de dados do usuário em viagens.
Segurança e Comportamento em Mídias Sociais	- Netiqueta; - Construindo seu perfil na Internet; - Segurança em mídias sociais; - Administrando seu rastro digital; - Uso saudável de mídias sociais; - <i>Fake News</i> ; - Jogos online.
Comunidades Digitais	- Educação na Internet; - Construindo comunidades digitais cidadãs; - Empreendedorismo na Internet.
Criptografia	- Criptografia; - Certificação Digital; - Assinatura Digital.
Direito Digital	- Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da informação; - Direitos autorais; - Fraudes; - Assédio virtual; - Crimes cibernéticos; - Crimes na Internet; - *Hacktivism.
Prevenção à fraude	- Engenharia social (formas defensivas contra ** <i>Phishing</i> e *** <i>Smishing</i>)

*Hacktivism é normalmente entendido como escrever código fonte, ou até mesmo manipular *bits*, para promover ideologia política – promovendo expressão política, liberdade de expressão, direitos humanos, ou informação ética.

****Phishing** é uma técnica de crime cibernético que usa fraude, truque ou engano para manipular as pessoas e obter informações confidenciais, geralmente disparado por e-mail, usando *links* ou anexos maliciosos disfarçados em uma mensagem aparentemente legítima.

*****Smishing** é um tipo de *Phishing* realizado por SMS e mensagens de texto enviadas para o celular. Geralmente, essas mensagens pedem para que você clique em um *link* e preencha um formulário ou responda à mensagem. Podem falar, por exemplo, sobre uma necessidade de atualização de cadastro ou a oportunidade de resgatar um prêmio imperdível.

- 4.1.13.1. O treinamento será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 (oito) horas.
- 4.1.13.2. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento.
- 4.1.14. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 4.1.15. A CONTRATADA deverá emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.
- 4.1.15.1. O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CONTRATANTE identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CONTRATANTE.
- 4.1.16. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 4.1.17. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 4.1.18. A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.
- 4.1.18.1. Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 4.1.19. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores abaixo:
 - a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 4.1.13 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

- b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 4.1.12, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - c) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 4.1.13 / Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - d) Quantidade de relatórios, referidos no item 4.1.15, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
 - e) Quantidade de relatórios, referidos no item 4.1.27.1.1., enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.
- 4.1.20. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em advertência por escrito.
- 4.1.20.1. Após a 3ª (terceira) advertência, a CONTRATADA não atender ao requisito de segurança faltante o contrato poderá ser rescindido.
- 4.1.21. Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a prover de forma complementar tempestivamente a prestação do serviço por meio de ferramentas eletrônicas acessórias a fim de não causar prejuízo nas entregas necessárias da CONTRATANTE e nem acarretar penalidades pecuniárias.
- 4.1.22. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 4.1.23. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:
- a) Entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
 - b) Executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;

- c) Devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.
- 4.1.24. A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CONTRATANTE e as sob sua responsabilidade, observando a classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 4.1.24.1. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.
- 4.1.25. A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CONTRATANTE e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
- 4.1.26. A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CONTRATANTE tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.
- 4.1.27. A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 4.1.27.1. A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 4.1.27.1.1. A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 4.1.28. A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CONTRATANTE.
- 4.1.29. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 4.1.30. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 4.1.31. A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.

- 4.1.32. A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

4.2. DA PRIVACIDADE

- 4.2.1. A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de dados pessoais de clientes, empregados e colaboradores da CONTRATANTE.

- 4.2.1.1. Para fins deste contrato, a CONTRATANTE e a CONTRATADA assumem, cada uma, o papel de CONTROLADORA DE DADOS PESSOAIS, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), sendo responsáveis de forma independente pelas decisões relativas ao tratamento dos dados pessoais que realizarem no âmbito da execução do contrato.

l) Dados pessoais envolvidos:

CATEGORIA	DOCUMENTO/INFORMAÇÃO	TIPO DE DADO PESSOAL
Números de documentos de identificação oficial	- Número do Cadastro de Pessoa Física (CPF); - Registro Geral (RG); - Carteira de Identidade Nacional (CIN) - Carteira Nacional de Habilitação (CNH); - Número de Identificação Social (NIS); - Número do Programa de Integração Social (PIS); - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP); e - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).	DADOS PESSOAIS
Dados básicos de identificação	- Nome; - Nome Social; - Filiação; - Data de Nascimento; - Idade; - Naturalidade; - Nacionalidade;	

	- Estado Civil;	
	- Nome do Cônjuge/Parceiro; e - Sexo.	
Dados de contato	- Números de Telefone; - Dados de Endereço (Residencial/Comercial); e - Endereço Eletrônico (<i>e-mail</i>).	
Dados financeiros ou econômico	- Código da Agência Bancária; e - Número da Operação/Conta Bancária	
Outros dados pessoais	- Escolaridade e Formação/Acadêmica - Profissão; - Função / Cargo; - Matrícula funcional; - Área de Atuação/Unidade; e - Data de Admissão.	
Referente à saúde	Dados Referentes à Saúde	DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

II) Natureza das operações a serem realizadas: coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, comunicação ou extração.

- 4.2.1.1.1. A CONTRATADA, na qualidade de controladora dos dados pessoais tratados no âmbito da prestação dos serviços de auditoria, compromete-se a realizar o tratamento dos dados exclusivamente para os fins relacionados à execução do presente Contrato, observando os princípios da LGPD, as normas profissionais de auditoria e os requisitos legais e regulatórios aplicáveis. A CONTRATADA será responsável por adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 4.2.1.1.2. A CONTRATADA deve garantir a confidencialidade no tratamento de dados pessoais, protegendo-os contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada.
- 4.2.1.1.3. A CONTRATADA, na qualidade de controladora, realizará o tratamento dos dados pessoais de forma independente, exclusivamente para a execução dos serviços de auditoria previstos neste Termo de Referência, observando os princípios da LGPD e as normas regulatórias aplicáveis.
- 4.2.1.2. A CONTRATADA, como controladora, realizará o descarte dos dados pessoais conforme sua política interna de retenção, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, observando os prazos legais e regulatórios aplicáveis,

inclusive os exigidos pelas normas de auditoria.

- 4.2.1.3. A CONTRATADA deve colaborar com a CONTRATANTE no cumprimento de sua obrigação de responder às solicitações de exercício dos direitos dos titulares.
- 4.2.1.3.1. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente a CONTRATANTE o recebimento de requisição do titular de dados no exercício de seus direitos.
- 4.2.1.4. A CONTRATADA garantirá à CONTRATANTE a disponibilização de todas as informações necessárias para que esta consiga demonstrar o cumprimento de suas obrigações nos termos da LGPD, mantendo a documentação disponível para a realização de auditorias e quaisquer inspeções.
- 4.2.1.5. A CONTRATADA deve obrigatoriamente adotar medidas de segurança técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 4.2.1.6. A CONTRATADA notificará a CONTRATANTE de qualquer violação de dados pessoais imediatamente após tomar conhecimento, inclusive aplicando medidas de contenção, formalizando a ocorrência ao gestor operacional do contrato. Essa notificação deve ser acompanhada de todos os dados necessários para eventual comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao(s) titular(es) de dados pessoais.
- 4.2.1.7. A CONTRATADA auxiliará a CONTRATANTE com as informações necessárias para cumprimento de suas obrigações junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e quaisquer órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle, inclusive na elaboração de Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).
- 4.2.1.8. A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de solicitações judiciais e de órgãos reguladores, de fiscalização, de supervisão e de controle para disponibilização de dados pessoais.
- 4.2.1.9. A CONTRATADA se compromete a informar previamente à CONTRATANTE sobre qualquer subcontratação que envolva o tratamento de dados pessoais, garantindo que os subcontratados cumpram os mesmos padrões de segurança e conformidade com a LGPD.
- 4.2.1.9.1. Em caso de concretização de subcontratação ou de sua rescisão, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 4.2.1.9.2. A CONTRATADA é responsável por quaisquer descumprimentos deste contrato pela empresa SUBCONTRATADA, inclusive em relação a incidentes de segurança com dados pessoais.
- 4.2.1.10. A CONTRATADA deverá observar os requisitos de privacidade desde a concepção em seus produtos, processos, serviços e soluções tecnológicas relacionadas ao tratamento de dados pessoais referentes a este contrato.
- 4.2.1.11. A CONTRATADA poderá realizar a transferência de dados pessoais a terceiros, quando necessário para a execução dos serviços contratados, respeitando os princípios da LGPD e mantendo a contratante informada sobre tais operações.

4.3. DA GESTÃO DE IDENTIDADE E CONTROLE DE ACESSOS

- 4.3.1. A CONTRATADA deve ter uma política de controle de acesso dos seus colaboradores baseada no princípio do menor privilégio, que defina um processo formal de concessão, alteração e revogação de acesso.
- 4.3.1.1. A CONTRATADA deve utilizar mecanismos de autenticação e autorização utilizando credenciais corporativas.
- 4.3.2. A CONTRATADA deve dispor de mecanismo de garantia de identidade, o qual deve ser realizado previamente à execução das requisições dos usuários.
- 4.3.3. A CONTRATADA deve permitir que somente os usuários por ela autorizados acessem as informações relacionadas a este contrato.

4.4. SEGURANÇA DE ATIVOS

- 4.4.1. A CONTRATADA implementará política de antivírus que garanta a atualização dos seus ativos de TI.
- 4.4.2. A Contratada terá uma política para o uso, a guarda e o descarte das mídias digitais de armazenamento externo, de modo a garantir a confidencialidade dos dados nelas armazenados.
- 4.4.3. O monitoramento de segurança será configurado para rastrear e registrar tentativas de intrusão suspeitas ou reais.
- 4.4.4. Todas as comunicações e trocas de informações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE serão realizadas por meio de conexão protegida.

4.5. SEGURANÇA DE REDES

- 4.5.1. Todo o tráfego de rede associado ao objeto do contrato será mediado por uma solução de controle de tráfego de borda do tipo *firewall*.

4.6. GESTÃO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA

- 4.6.1. A CONTRATADA implementará um processo de gestão de vulnerabilidades.
- 4.6.1.1. A CONTRATADA possuirá um processo de Gestão de Incidentes que registre os incidentes de segurança cibernética ocorridos e que guarde informações como: a descrição dos incidentes ou eventos, as informações e sistemas envolvidos, as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção das informações, os riscos relacionados ao incidente e às medidas tomadas para mitigá-los e evitar reincidências.
- 4.6.1.2. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE incidentes que causem impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade do serviço prestado.

4.7. CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES

- 4.7.1. A CONTRATADA deve possuir, plano de continuidade, recuperação de desastres e contingência de negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção, bem como desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.
- 4.7.2. A CONTRATADA, visando a continuidade dos negócios, deve implantar uma

política de *backup*, conforme exposto no item 4.10.

4.8. AUDITORIA CONTÍNUA

4.8.1. A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como demais dispositivos legais aplicáveis.

4.8.2. A CONTRATADA deve informar imediatamente à CONTRATANTE sobre qualquer auditoria regulatória relacionada aos serviços prestados à CONTRATANTE.

4.8.2.1. A CONTRATADA deve informar à CONTRATANTE caso sejam contatados por órgão regulador se o propósito desse contato estiver relacionado com/ou afete os serviços prestados à CONTRATANTE.

4.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, caso a CONTRATANTE solicite, acesso às instalações da CONTRATADA para realização de processo *de Due Dilligence* Presencial, para verificar o cumprimento dos requisitos de segurança.

4.9. CONTROLES CRIPTOGRÁFICOS

4.9.1. A CONTRATADA deve implementar e manter controles para armazenamento, tráfego e tratamento da informação, de acordo com o nível de criticidade e grau de sigilo da informação das informações trafegadas.

4.9.2. A CONTRATADA deve permitir a auditoria da segurança de chaves criptográficas.

4.9.3. A CONTRATADA deve possibilitar comunicação criptografada e protegida para a transferência de dados

4.10. POLÍTICA DE *BACKUP*

4.10.1. A CONTRATADA deve possuir e implementar política de *backup* das informações e dos registros de *log* associados ao objeto do contrato, em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis.

4.10.1.1. A política de *backup* deve assegurar a manutenção de cópias de segurança de todos os componentes de *software* dos sistemas, de suas bases de dados e da documentação associada, observando a técnica e os cuidados requeridos para cada caso, de modo a ser possível a plena recuperação de versões dos sistemas e dados salvaguardados em caso de falha, ou por solicitação da CONTRATANTE.

4.11. ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 4.11.1. A CONTRATADA, na qualidade de CONTROLADORA, deverá realizar o descarte dos dados pessoais tratados no âmbito da execução do contrato, conforme sua política interna de retenção e descarte, observando os princípios e obrigações previstos na LGPD e nas normas regulatórias aplicáveis à atividade de auditoria independente.
- 4.11.2. A CONTRATADA manterá os dados por até 180 dias após o encerramento contratual, exclusivamente para fins de continuidade e migração, desde que não conflite com obrigações legais e regulatórias de retenção. Após esse período, os dados serão descartados conforme política interna da CONTRATADA e em conformidade com a LGPD.

4.12. NÃO CONFORMIDADE COM REQUISITOS DE SEGURANÇA E CONSEQUÊNCIAS

- 4.12.1. O não cumprimento, pela CONTRATADA, de qualquer dos requisitos de segurança, definidos neste instrumento contratual, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste contrato e poderá, a critério da CONTRATANTE, ensejar a rescisão imediata do contrato.

5. DA FORMA DE ENTREGA

- 5.1. Os serviços a serem realizados devem ser entregues por meio de emissão de pareceres e/ou relatórios disponibilizados em PDF/A e assinados, em assinatura digital padrão ICP/BRASIL (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira), pela CONTRATADA, além dos editáveis em formato de texto, tabelas e/ou apresentações, quando solicitado pela CONTRATANTE.

6. DO SUPORTE TÉCNICO

- 6.1. O suporte técnico dar-se-á por meio de contatos (endereços de *e-mails*, telefones e portais na internet) fornecidos pela CONTRATADA e/ou reuniões remotas ou presenciais no ambiente da CONTRATANTE.
- 6.1.1. A critério da CONTRATANTE as solicitações de subsídios para o trabalho de auditoria poderão ser tratadas pela CONTRATADA diretamente com as áreas operacionais da CONTRATANTE responsáveis pelo atendimento das demandas, devendo ser disponibilizado à área da CONTRATADA responsável pela interlocução relatório consolidado das demandas contendo detalhamento de cada solicitação, inclusive prazo de atendimento, em alta frequência.

7. DA SUSTENTABILIDADE

- 7.1. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) da CAIXA, disponível no *link* https://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/PRSAC_CAIXA.pdf, visa orientar a atuação da CAIXA e das empresas que compõem o seu Conglomerado Prudencial, incorporando a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável.

- 7.2. É responsabilidade de todas as unidades da CAIXA e do Conglomerado Prudencial, no que couber, aplicar as diretrizes da PRSAC em seus negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades, normas, gestão e no relacionamento com as partes interessadas.
- 7.3. A CONTRATADA deverá proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- 7.3.1. A CONTRATADA deverá ainda adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:
- Medidas para evitar a impressão desnecessária de documentos;
 - Medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - Medidas para reduzir a produção de resíduos sólidos.

8. ANEXOS

ANEXO I - Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação - Exclusivo para Prestador de Serviço.

Grau de Sigilo

#PÚBLICO

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA ASSET, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA ASSET, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA ASSET relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA ASSET disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ASSET ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA ASSET;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA ASSET para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA ASSET e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA ASSET em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA ASSET e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA ASSET que fragilizem a segurança e exponham informações;

10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA ASSET, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA ASSET, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ASSET ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA ASSET seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA ASSET se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA ASSET.

O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

_____, ____ de ____ de ____.
Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Preposto da Empresa
Contratada